



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER

Processo legislativo: PROJETO DE LEI Nº 90/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relator: Vereador Luciano Márcio Nunes (PP).

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 90/2025, que dá nova redação ao *caput* do art. 1º da Lei nº 2.454, de 5 de janeiro de 2001, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder vale alimentação aos servidores públicos municipais, de iniciativa do Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Recebido o processo legislativo na Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do art. 70 do Regimento Interno, reservei a matéria para relatá-la, de acordo com as competências previstas no art. 79 também do regimento cameral







Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº 0130/2025, exarado pela Procuradora Jurídica da Câmara Municipal, opinando pela constitucionalidade e legalidade desde que observadas algumas recomendações que constam no parecer (fls. 18 a 28).

Sendo assim, de posse do processo legislativo, na condição de relator e pelas competências da comissão previstas no art. 79 do Regimento Interno, passa-se à emissão do parecer pelos fundamentos abaixo expostos.

II – DA COMPETÊNCIA LOCAL E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOS PRESSUPOSTOS FORMAIS DE ORDEM CONSTITUCIONAL E LEGAL E DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO OBJETO LEGISLADO:

O texto constitucional de 88, em seu art. 61, estabelece quais são os agentes competentes para propor projetos de lei ordinárias e complementares no âmbito da União, bem como os casos de matérias de iniciativas reservadas ao Presidente da República.

Esse dispositivo constitucional é um princípio organizatório extensível e de observação obrigatória a ser estar previstas nas demais normas que regem os outros entes federados (reprodução simétrica) pelos demais entes com autonomia político-administrativa.

O Município, diante do princípio organizatório na seara do processo legislativo, elencou em seu art. 44 da Lei Orgânica quais são os agentes públicos do ente federado local que possuem competência para deflagrar o processo legislativo no âmbito municipal. Estabeleceu também, o art. 44°, § 1°, da Lei Orgânica, os casos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Essa organização do texto do art. 44 da Lei Orgânica deve estar em sintonia com o texto da Constituição Federal, fato que vem a ser observado pelo Município, pela identidade de competências para iniciativa no processo legislativo, em cada uma das esferas autônomas que compõem o Estado Democrático de Direito.

Assim, matérias que tratam sobre a criação, transformação e extinção de cargos do Poder Executivo, bem como altere ou adeque a remuneração respectiva é de competência privativa do Prefeito Municipal, devendo assim o processo legislativo emanar do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 44, §1°, II, "b", da Lei Orgânica Municipal, sob pena de padecer de vício de inconstitucionalidade formal.

Segue reproduzido o texto do referido dispositivo da Lei Orgânica:

Art. 44. A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador ou comissão, ao prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica





§ 1º São de	iniciativa privativa do prefeito as leis que:
II - dispon	nam sobre:
	de cargos, funções ou empregos públicos na administrativa direta e do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
Poder Executivo atrave	ao caso, a iniciativa de leis que tratam de indenizam de servidores do és de auxílio alimentação, deve emanar do Prefeito Municipal, em a Constituição Federal (Da Administração Pública).
formal que venha a pre	aso, a iniciativa é constitucional e legal, não contendo qualquer vício judicar ou inviabilizar a sua tramitação, sendo válida, e merecendo da nas demais fases do processo legislativo.
Continuando sobre a m manifesta-se da seguint	atéria em análise, a Lei Orgânica do Município, em seu art. 17, III, e forma:
	pe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as le compete ao Município, especialmente no que se refere ao seguinte:
	ão, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e espectiva remuneração;
federados, e a simetria auxílio alimentação dev	io organizatório extensível e de observação necessária pelos entes das formas ao caso, a adequação ou alteração de valor referente ao ve observar as mesmas normas do processo legislativo da legislação esmos trâmites e espécie normativa, o que no caso, é lei ordinária.
lei ordinária, há a nece	ese que em se tratando de matéria do processo legislativo na espécie essidade de apreciação e deliberação pelos órgãos competentes do no fases associadas ao processo legislativo, em cumprimento às Câmara Municipal.
	é norma de natureza indenizatória, e que não se incorpora aos nuneração do servidor, devendo assim ser estabelecida por lei



especifica.

Reproduzimos o texto da mensagem do Executivo, conforme segue:





"Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, que altera o caput do art. 1° da Lei n° 2.454, de 5 de janeiro de 2021, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder vale alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

Em síntese, o presente Projeto de Lei busca a adequação dos valores pagos a título de vale-alimentação aos servidores do Poder Executivo Municipal. Com o decurso do tempo, o montante atualmente praticado tornou-se manifestamente defasado diante da variação dos preços de bens e serviços, influenciada pelos índices inflacionários que incidem sobre a economia nacional, ocasionando, por conseguinte, sensível redução do poder aquisitivo dos servidores.

Diante desse cenário, o reajuste proposto revela-se medida de equidade e necessidade, visando restabelecer o poder de compra dos servidores municipais e assegurar que o beneficio em questão continue a cumprir sua função social e econômica, em consonância com os princípios da valorização do servidor público e da dignidade da pessoa humana.

Além disso, conforme planejamento de reajustes para o vale alimentação desta administração, no ano de 2026, o valor será no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), em 2027 o valor será de 600,00 (seiscentos reais) e em 2028 o valor será de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), garantindo assim o poder de compra e que o benefício assegure e que a inflação não ocasione sensível redução do poder aquisitivo dos servidores.

Dessa forma, submetemos à elevada apreciação desta Egrégia Casa de Leis o presente Projeto de Lei, certos de que Vossas Excelências saberão reconhecer sua relevância como instrumento de valorização do funcionalismo público, requerendo, outrossim, sua tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA**, na forma disposta no artigo 47, da Lei Orgânica Municipal, eis que a matéria é de extrema relevância, eis que trata da melhoria da condição dos servidores públicos, movimentação da feira e da economia local, dentre outros pontos, bem como não se trata de projeto de lei orçamentária e de código (art. 47, § 3.º, da Lei Orgânica do Município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Nobres Edis, os nossos sinceros protestos de elevado apreço.

É justificativa.







VI - VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, considerando que a propositura atende aos requisitos formais e materiais, estando, portanto, apta à apreciação e deliberação, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 90/2025.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 90/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 12 de novembro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES Relator – Presidente da CLJRF Vereador pelo PP





COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 90/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 90/2025: dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 2.454, de 5 de janeiro de 2001, que autoriza Poder Executivo Municipal a conceder vale alimentação aos servidores públicos municipais.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana (PSB).
RELATOR:	Vereador Luciano Márcio Nunes (PP).

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela APROVAÇÃO do Parecer do Relator da matéria, vereador Luciano Márcio Nunes (PP), às folhas 31 a 35, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 19 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 90/202:









Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 19 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES Presidente da CIURF – Relator Vereador pelo PP

DENÉVAL ROCHA Membro da CLJRF Vereador pelo PSD